



doi 10.7213/psicol.argum.33.080.AO02

Fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária: um estudo de caso

Strengthening of the Municipal Solidarity Economy Forum: A Case Study

José Aparecido de Oliveira ^[a], Marilene Zazula Beatriz ^[b]

^[a] Administrador pela UNIBRASIL, aluno de pós-graduação do curso de Educação, Ambiente e Formação Humana para Sustentabilidade da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba- Paraná, Brasil. Email jptcido@pop.com.br

^[b] Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado de Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti do Paraná, da Pós-Graduação de Educação, Ambiente e Formação Humana para a Sustentabilidade, do curso de graduação em Psicologia. Curitiba - Paraná, Brasil. Email marilene.zazula@utp.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Paraná está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município. Os Fóruns de Economia Solidária são compreendidos como um espaço e um instrumento de articulação da sociedade civil, que possibilitam atividades como formação, informação e planejamento de estratégia conjunta para intervenção em políticas públicas. A pesquisa se constituiu em um estudo de caso e teve como participantes os integrantes do Fórum, a saber: os empreendimentos econômicos solidários, os gestores públicos e as entidades de apoio. Os dados secundários foram abordados por meio de consultas a documentos de domínio público, denominados de Atas referentes às 15 reuniões ordinárias do Fórum em questão, no período de 09/2009 a 02/2011. Os dados primários foram coletados por meio de observações assistemáticas realizadas durante as reuniões. Para o tratamento dos dados, empregaram-se procedimentos descritivo-qualitativos. As análises dos dados coletados demonstraram que

os empreendimentos têm forte presença nas reuniões, sendo identificada a comercialização como a demanda pertinente para os mesmos. Conclui-se que os empreendimentos econômicos solidários estão se fortalecendo, constituindo-se em atores que ajudam a construir sua própria história; no entanto, ainda fortemente orientados para o atendimento de suas necessidades imediatas como o escoamento da produção. Percebeu-se que as questões relativas ao debate político e estratégico do movimento da Economia Solidária no Município ainda não têm o devido espaço no Fórum enquanto proposta de um movimento contrário ao sistema econômico vigente. [P]

Palavras-chave: Economia Solidária. Fórum Municipal. Sociedade Civil. Movimento Social. Fortalecimento.

Abstract

This article aims at analyzing whether the Solidarity Economy Forum of São José dos Pinhais – Paraná is promoting the strengthening and the consolidation of the Solidarity Economy movement in the aforementioned municipality. The Solidarity Economy Forums are a space and an articulating tool of the civil society which make possible the following activities: the training, information and planning of a joint strategy for intervening in public policies. The research comprises a case study and counted on the participation of the following Forum attendees: solidarity economy undertakings, public administrators and support entities. The secondary data were approached by consulting public domain documents; the Records related to the 15 ordinary meetings of the Forum from 09/2009 to 02/2011. The primary data were gathered through unsystematic observation carried out during the meetings. Descriptive/qualitative procedures were used for dealing with the data. The analyses of the collected data have shown that the undertakings boast a strong presence during the meetings and that marketing has been the pertinent demand for said undertakings. It has been concluded that the solidarity economy undertakings are being strengthened and are players that contribute in building their own story. Nevertheless, those undertakings are still strongly geared toward meeting their immediate needs, such as production flow. It has been verified that the matters related to the public and strategic debate of the Solidarity Economy of the Municipality still lack the proper space in the Forum as proposals of a movement in opposition to the current economic system. [K]

Keywords: Solidarity Economy. Municipal Forum. Civil Society. Social Movement. Strengthening

Introdução

A Economia Solidária é considerada como um dos movimentos contrários à hegemonia econômica mundial devido a sua forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, tornando-a uma forma inovadora e uma alternativa de geração de trabalho e renda, além de atuar como uma das respostas a favor da inclusão social.

Dentre os atores sociais envolvidos neste movimento e, conseqüentemente, integrantes do Fórum Municipal supramencionado, encontram-se os empreendimentos econômicos solidários, por exemplo, grupos de trabalho ou coletivos informais; iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo; bancos comunitários; clubes de troca; lojas de economia solidária; feiras; associações de trabalho; cooperativas populares; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo e empreendimentos coletivos autogestionários, entre outros. As entidades que oferecem apoio e fomento à Economia Solidária, geralmente organizações não governamentais (ONGs) e universidades. E os gestores públicos, membros de entidades públicas no âmbito federal, estadual e municipal que atuam na gestão de programas de desenvolvimento da Economia Solidária.

Apesar do movimento cooperativista no Brasil ter-se iniciado por volta de 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias de Fourier, fundou, com um grupo de europeus, a colônia Tereza Cristina (Paraná), somente nas últimas duas décadas é que o movimento de Economia Solidária no Brasil tomou corpo devido a forte massa de

pessoas, em idade economicamente ativa, estarem sobrevivendo do trabalho à margem do setor capitalista hegemônico. “Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio que só pode ser superado por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária” (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 2004, p. 14). Neste sentido, o que se constata no Brasil, apesar do acúmulo que o movimento da Economia Solidária já produziu, entre a articulação de centenas de programas e ações federais e centenas de políticas municipais e estaduais, há ainda muito por se fazer para que a Economia Solidária consiga se estruturar e fazer frente ao modelo hegemônico de mercado.

Por isso, esta pesquisa tem o objetivo de analisar se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Estado do Paraná – está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município, e este relato pretende demonstrar seus resultados. Para melhor compreensão do artigo, optou-se por dividi-lo da seguinte forma:

- Na primeira parte, revisam-se brevemente algumas abordagens teóricas sobre o sistema econômico vigente, a proposta do movimento da Economia Solidária, o surgimento e a atuação dos Fóruns Brasileiro e Municipal de Economia Solidária;
- Na segunda parte, apresenta-se a metodologia de pesquisa propriamente dita;
- E a terceira parte discute os resultados da referida pesquisa, além das considerações finais.

Sistema Econômico Vigente

Segundo Leite (2003) o século que passou culminou com a promessa de que todos terminariam se integrando à sociedade de consumo sob democracias liberais em um mundo pacificado, ecoado pelas mídias cada vez mais onipresentes. Ainda, para Leite (2003, p. 10),

As políticas neoliberais [...] eram apresentadas como única orientação capaz de permitir o progresso. Abertura de mercados e liberalização econômica, redução da intervenção do Estado na economia e desregulamentação, privatização e garantia da propriedade intelectual, redução dos gastos sociais e aumento da competitividade global tornaram-se mandamentos inquestionáveis [...] As infrações ao modelo eram punidas por fugas de capitais ou ataques especulativos às moedas nacionais.

E que só sobreviveriam aqueles que se adequassem ao modelo hegemônico de modernidade e de integração, onde o mercado seria considerado uma condição natural da humanidade. Essas mudanças propiciaram a expansão econômica em todos os quadrantes do planeta, do estado de bem estar social em países centrais, e do desenvolvimentismo em boa parte das economias periféricas.

No entanto, segundo Bertucci e Silva (2003, p.65:66), apesar do desenvolvimento ocorrido o que se observa é que “a reestruturação produtiva alteram de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho, com a extinção de milhões de ocupações e a flexibilização e eliminação de direitos sociais anteriormente conquistados”, levando a precarização cada vez mais presente no mundo do trabalho e do aumento da exclusão social. Além disso, diante do contexto da crise do mundo do trabalho, despontam duas iniciativas que, na perspectiva do modelo liberal, vem sendo enfatizadas:

[...] a empregabilidade e o empreendedorismo. A primeira refere-se à capacidade de reciclagem profissional (atualização contínua) e de adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda alternativa liberal diz respeito à mobilização e ao exercício da capacidade

empreendedora para iniciar novos negócios, para que os desempregados se transformem em pequenos empresários. Nos dois casos, a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuída a cada indivíduo em particular e não ao sistema. (Bertucci & Silva, 2003, p.66).

Para Singer (1998, p. 44), “... a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria” desencadeia forte pressão dos empregadores sobre o Estado brasileiro para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. De acordo com Parra (2002, p. 44):

Um dos riscos imediatos de tal processo de desregulamentação das relações de trabalho é que ele vem acompanhado de desresponsabilização do Estado sobre os cidadãos, que deixam de estar inseridos no mercado formal de trabalho, criando uma população cada vez mais excluída [...] dos direitos da cidadania.

Tudo isso culminou com a estruturação do mercado mundial, favorecendo o surgimento de forças agrupadas em três vertentes, segundo Batista Junior (2005, p. 3:4), a saber:

[...] a favorável (ou positiva), a crítica (ou negativa) e a cética. As duas primeiras, sobretudo a primeira, são mais comuns. Embora opostas, têm um traço de união: aceitam a existência do fenômeno da “globalização” e, partem, em geral, da premissa de que estamos diante de uma “nova era” da história econômica mundial, caracterizada por integração abrangente e inédita entre os mercados nacionais.

Depois de um longo período de hegemonia da corrente favorável à “globalização”, a corrente crítica colheu muitas adesões mundo afora, em parte como resultado da numerosa série de convulsões cambiais e surtos de instabilidade financeira [...]. Como seria de esperar, os partidários e ideólogos da “globalização” entraram numa fase mais defensiva.

[...] A corrente cética põe em dúvida a abrangência do processo de internacionalização das últimas três ou quatro décadas, a suposição de que se trata de um fenômeno inteiramente inédito e irreversível e até mesmo a validade do conceito de “globalização” e de noções a ele associadas, como a diluição das fronteiras, o declínio do Estado nacional e o predomínio de empresas “transnacionais”, sem viés ou base nacional identificáveis.

Em contraposição a estas forças hegemônicas mundiais, surgem movimentos sustentando que “o mundo não é mercadoria” e que o “mundo não está à venda” como diz Leite (2003, p.11). Isso propicia que parte de um segmento da população, passe a exercitar práticas e experiências associativas e comunitárias, como as baseadas nos princípios do movimento da Economia Solidária.

Economia Solidária

Conforme supramencionado, um dos movimentos contrários à hegemonia econômica mundial pode ser considerado o da Economia Solidária que

[...] está à busca do reequilíbrio dos sistemas bioecológico, socioeconômico e do técnico e científico, na base de qualquer atividade humana de produção de bens e serviços [...]. São raízes de uma nova economia, seja na relação entre seres humanos com a natureza, seja na relação entre eles mesmos ao produzir, repartir e consumir os bens (Grzybowski, 2009, p.3).

Segundo Bertucci e Silva (2003), surge de atitudes críticas frente ao sistema hegemônico baseado em valores como: a solidariedade, a democracia, a autonomia, a distribuição de renda, o cuidado com o meio ambiente, o cuidado com o ser humano, a

cooperação, atentando para o desafio da construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos. Significa, também, que é preciso “[...] redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.” (Bertucci, 2002, p.19)

Portanto, a Economia Solidária favorece o surgimento de diversas práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Possui perspectiva emancipatória tendo como um de seus objetivos o despertar nos trabalhadores e nas trabalhadoras, formatados pela sociedade para o emprego e para o empreendedorismo, a possibilidade de se trabalhar e produzir de forma autogestionada, coletiva, sem laços de dependência e opressão, distribuindo riquezas. A Economia Solidária já é considerada uma realidade para muitos no Brasil a partir de seu surgimento “[...] nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresa de autogestão.” (Bertucci & Silva, 2003, p.66)

No entanto, no atual contexto é necessário considerar a “[...] a constatação da fragilidade e da pouca organicidade dessas iniciativas econômicas solidárias. Isoladas, essas iniciativas, por melhor que sejam, são frágeis diante de uma correlação de forças desfavorável.” (Bertucci & Silva, 2003, p.68). Ou seja, o empreendimento que é constituído de forma solidária e coletiva em sua natureza, torna-se refém de um sistema maior, havendo forte pressão para que se busque o formato de distribuição e venda dos produtos dentro do formato capitalista.

Neste sentido, existe grande preocupação por parte de empreendimentos econômicos solidários, entidades e organizações da sociedade civil que fomentam e apóiam a Economia Solidária, movimentos sociais e populares, bem como representantes do poder público em criar, desenvolver e manter políticas públicas que possam ser propulsoras para ações continuadas que perpassem os limites de tempo de cada gestão pública, garantindo apoio aos empreendimentos e formadores, expandindo os efeitos desta política para futuras iniciativas, além de promover possíveis mudanças estruturais da sociedade (Zazula Beatriz, 2007). Para Bertucci e Silva (2003, p.69), os movimentos populares “[...] podem transformar a EPS em argumentos de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento”.

Segundo Singer (2002, p.114) “A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras, etc., uma vida melhor”. E os Fóruns de Economia Solidária têm sido um instrumento importante de articulação política da sociedade civil que se constituem em espaços de formação, informação e planejamento de estratégia conjunta para intervenção nas políticas públicas, sendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária sua expressão máxima.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

O Fórum (FBES) está organizado em mais de 130 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municipais pela rede de gestores em Economia Solidária.

Ele é fruto de um processo histórico que culminou na realização do I Fórum Social Mundial (FSM) mobilizando “[...] 4 mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países” (Leite, 2003, p. 66) em janeiro de 2001. Dentre as oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes integraram a oficina de “Economia popular solidária e Autogestão” a qual tratou da auto-organização dos/as trabalhadores/as, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

Em 2002, o GT-Brasileiro (constituído por redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário para articular participação nacional e internacional do I FSM) elaborou a carta ao Governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” - apresentando as diretrizes gerais da Economia Solidária que reivindicava a criação da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. (FBES, 2011, p.1)

Em 2003, designou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a partir da realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária. A SENAES foi constituída pouco antes deste evento, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, para desenvolver um Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de mapear os empreendimentos solidários existentes no Brasil e também de ser uma forma de reconhecer e de fortalecer experiências de geração de trabalho e renda, sob a ótica da Economia Solidária (Zazula Beatriz, 2007). O FBES saiu desta plenária “com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de lutas aprovadas naquela oportunidade” (FBES, 2011, p.1). Além de buscar a adequada interlocução com a recém criada SENAES com o compromisso de promover intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. (FBES, 2011, p. 1)

Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Estado do Paraná

A Economia Solidária, nos últimos anos, vem afirmando-se como um campo de atores que buscam alternativas econômicas e políticas inovadoras para resolução dos problemas cotidianos, induzindo processos de auto-organização coletiva e solidária. Conforme Schwengber (2004, p. 2), “[...] esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade”. Tais características, muitas vezes, existem apenas na intenção, sem efetiva realização, pelas dificuldades próprias à natureza da relação política, profundamente conflituosa, seja no interior da máquina de governo, seja entre o poder público e os atores da sociedade civil.

Contudo, trata-se de um horizonte que começa a desenhar-se como prática e aprendizado para muitos atores, em experiências, que já caminham nesta direção, não sendo

diferente em São José dos Pinhais onde estas interações, parcerias ou articulações tendem a ocorrer em dois níveis. O primeiro deles concerne às articulações entre os atores da sociedade civil que compõem o campo da Economia Solidária e seus espaços públicos constituídos, como o Fórum Municipal de Economia Solidária, tornando-se interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação da política. O segundo aspecto diz respeito à vocação que tais políticas possuem de suscitar interações dentro da própria estrutura de governo, incitando ao diálogo e a ação conjunta com as secretarias municipais. Isto se deve à natureza dos problemas mobilizados pela Economia Solidária, que implicam em transversalidade de tratamento.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais foi constituído logo após a Conferência Municipal de Economia Solidária realizada no dia 04 de julho de 2009, com o objetivo de promover o debate entre empreendimentos, entidades de apoio e o governo sobre questões relacionadas ao seu planejamento, suas diretrizes, além de contribuir para o desenvolvimento municipal. É importante salientar que o referido fórum é constituído por empreendimentos econômicos solidários, na sua maioria, grupos de trabalho ou coletivos informais e cooperativas populares atuando fortemente com artesanato. Além de ser composto por gestores públicos na figura da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e entidades de apoio.

E é nesse contexto de ideias, práticas e lugares que se encontra o movimento da Economia Solidária de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, representado pelo seu Fórum Municipal, o ponto de partida deste estudo e de sua questão norteadora, ou seja: O Fórum Municipal está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município?

Aspectos Metodológicos

Para saber se o Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais está promovendo o fortalecimento e a consolidação do movimento da Economia Solidária no referido município, foi realizada uma pesquisa baseada nos seguintes aspectos metodológicos:

Os dados foram obtidos junto a fontes secundárias e primárias. Os dados secundários foram abordados por meio de consultas a documentos de domínio público, denominados de Atas, referentes às reuniões ordinárias do Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais, Estado do Paraná (vide Tabela 1). De acordo com Richardson (1989, p.182) “[...] a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Além disso, segundo Yin (1987), para o estudo de caso, o mais importante na utilização de documentos é corroborar e aumentar a evidência de outras fontes porque, primeiro os documentos são úteis na verificação do correto título ou nomes de organizações que foram mencionados, por exemplo, em uma reunião. Segundo, os documentos podem prover outros detalhes específicos para corroborar informações de outras fontes e, terceiro, inferências podem ser feitas a partir de documentos devendo ser tratadas como indícios valiosos para investigações mais profundas, mais do que para conclusões definitivas.

Os dados obtidos das fontes primárias (dados primários) foram coletados por meio de observações assistemáticas, realizadas durante a participação em várias destas reuniões e registradas em um diário de campo.

Assim, a pesquisa constitui-se num estudo de caso. Em termos gerais, o estudo de caso utiliza abordagem metodológica fundamentalmente qualitativa. Como Yin (1987) observa, o estudo de caso é uma forma particularmente apropriada para entender condições contextuais, acreditando que elas poderão ser altamente pertinentes para o entendimento mais abrangente do fenômeno em estudo (no caso, o movimento da Economia Solidária). O nível de análise do estudo foi o grupo. A unidade de análise foi formada pelos 3 segmentos do movimento da Economia Solidária: o governo, as entidades de apoio e os empreendimentos econômicos solidários.

Com relação ao tratamento dos dados, foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos. Para efeito desta análise, as atas foram categorizadas em 5 temas, a saber: Comercialização; Política de economia solidária; Organização do fórum; Formação para economia solidária e Programa de economia solidária do governo municipal.

A população deste estudo de caso compreendeu os integrantes do Fórum de Economia Solidária. A amostra foi composta por integrantes do Fórum de Economia Solidária do município supramencionado, composta por representantes do governo, das entidades de apoio e dos empreendimentos econômicos solidários participantes de cada uma das 15 reuniões, as quais foram realizadas mensalmente, com duração em média de 2 horas cada, durante o período de 2/09/2009 a 03/02/2011, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação das Atas e seu Conteúdo

No.	Data	Assunto	Participantes
01	24/09/2009	Formação Programa de Economia Solidária Política de Economia Solidária Organização do Fórum	Governo (GOV) – 05 Entidade de Apoio (EA) – 07 Empreendimento Econômico Solidário (EES) - 11
02	05/11/2009	Programa de Economia Solidária Organização do Fórum	GOV – 05 EA – 04 EES - 06
03	03/12 /2009	Comercialização	GOV – 01 EA – 02 EES – 01
04	04/02/2010	Comercialização	GOV – 02 EA – 01 EES - 03
05	04/03/2010	Formação Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 05 EA – 03 EES - 11
06	01/04/2010	Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 02 EA – 02 EES - 07
07	08/06/2010	Política de Economia Solidária Comercialização	GOV – 02 EA – 02 EES - 13
08	01/07/2010	Política de Economia Solidária Comercialização Organização	GOV – 03 EA – 01 EES - 08

09	5/08/2010	Comercialização	GOV – 02
		Formação	EA – 01
		Política de Economia Solidária	EES - 07
10	02/09/2010	Comercialização	GOV – 03
		Política Economia Solidária	EA – 01
		Organização	EES - 06
		Programa de Economia Solidária	
11	07/10/2010	Organização	GOV – 03
		Política Economia Solidária	EA – 01
		Comercialização	EES - 12
		Formação	
12	04/11/2010	Política de Economia Solidária	GOV – 01
		Comercialização	EA – 00
		Formação	EES - 12
13	02/12/2010	Comercialização	GOV – 02
		Políticas de Economia Solidária	EA – 01
			EES – 13
14	06/01/2011	Comercialização	GOV – 02
		Organização	EA – 01
		Política de Economia Solidária	EES - 10
15	03/02/2011	Política de Economia Solidária	GOV – 02
		Organização	EA – 01
		Comercialização	EES - 16

Análise e Discussão dos Dados

Diante do exposto, passou-se para a análise das atas das reuniões ordinárias realizadas com o objetivo de se compreender se houve avanços ou não do movimento da Economia Solidária no âmbito do referido município. Para efeito desta análise e, como já dito anteriormente, as atas foram categorizadas em cinco temas, a saber: comercialização; política de economia solidária; organização do fórum; formação para economia solidária e programa de economia solidária do governo municipal.

Neste sentido, o tema de comercialização, compreendido como o escoamento da produção por meio de organização de feiras de Economia Solidária, predominou em 13 das 15 reuniões do fórum, ocupando em geral, a maioria do tempo do debate, versando sobre: locais de feira; organização de barracas, custo, ocupação da barraca vazia, resolução de conflitos surgidos durante os eventos, a criação de um regimento para participação em feiras. Historicamente a Economia Solidária foi desafiada a gerir várias questões, incluindo a comercialização, item de suma importância para a manutenção dos empreendimentos econômicos solidários. Percebeu-se que o fórum está sendo utilizado como um espaço que busca predominantemente soluções de atendimento das necessidades imediatas dos empreendimentos, conforme demonstrado no alto número de incidências deste tema nas atas.

O tema relativo a Políticas de Economia Solidária apareceu em 12 reuniões, versando sobre o mapeamento de empreendimentos econômicos solidários no Estado do Paraná, informações e avaliações das conferências estadual e nacional de Economia Solidária, agenda da FBES, Lei Municipal e Estadual de Economia Solidária, Conselho Municipal de Economia Solidária, legislação sobre idade mínima para se trabalhar. Observou-se que várias questões pautavam sobre o movimento de Economia Solidária de forma mais ampla

que as questões ligadas ao município, propiciando ao fórum municipal subsídios para compreender melhor seu próprio movimento enquanto poder local.

A organização do fórum apareceu em sete reuniões, que versou sobre: a comissão provisória para organizar as reuniões do fórum, a elaboração de uma marca/símbolo do Movimento Ecosol local e o cadastramento dos empreendimentos econômicos solidários na prefeitura. Já o tema formação apareceu em 5 reuniões que discutiu sobre: formação de preço, técnicas de vendas e administrativas e o debate sobre a Carta de Princípios da Economia Solidária. Além disso, houve a preocupação em trazer empreendimentos mais antigos para darem seus depoimentos. Houve também esclarecimentos sobre os objetivos e o funcionamento da CFES – Centro de Formação de Economia Solidária. O que se percebeu é que, apesar do interesse no tema formação, os grupos demonstraram maior preocupação quanto ao escoamento da produção (comercialização), deixando tal tema em segundo plano. Notou-se que a formação mais privilegiada é a informal no sentido de participação de boa parte destes atores sociais em atividades como conferências e reuniões no fórum estadual. Existe certa dificuldade para fechar turmas no que tange a cursos oferecidos pelo Programa Municipal de Economia Solidária. Apesar disso, sabe-se que o êxito da Economia Solidária depende da consciência que os indivíduos desenvolvem sobre a realidade e sobre os direitos que dispõem na sociedade e quanto à possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e capazes de construir suas experiências.

Já os temas Programa Municipal de Economia Solidária, finanças, banco social e microcrédito parecem ser de baixa relevância para os participantes do Fórum, já que somente apareceu em uma das 15 reuniões realizadas.

Conforme apresentado no Tabela 1, observou-se que integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária tiveram 64% de participação nas reuniões do Fórum, enquanto que o segmento gestor público ou governo foi de 23% e as entidades de apoio atingiram 12% de participação. Considerou-se que alguns empreendimentos tiveram mais de um representante presente nas reuniões.

As entidades de apoio tiveram uma presença de conformação, pois a representatividade ficou abaixo dos 25% nos processos de decisões enquanto que os gestores públicos tiveram um peso maior e acabaram por definir o rumo das atividades junto com os empreendimentos.

O peso dos empreendimentos nos processos de influência pôde inferir sobremaneira o rumo da política pública municipal, demonstrando que o movimento social tem atuado de forma intensa neste Município e, conforme Bertucci e Silva (2003, p.69) comentam “são eles [os movimentos populares] podem transformar a EPS em argumentos de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais é caracterizado pela forte presença de empreendimentos de artesanato que participam com o objetivo da comercialização e já possuem um histórico de subordinação ao poder público local, e que influenciam os novos atores do movimento.

A formação e a organização do fórum não é uma demanda da agenda da sociedade civil organizada, pois o mesmo surge a partir da I Conferência Municipal de Economia Solidária, que ocorreu em 4 de julho de 2009, chamada pelo poder público local. A partir

da mesma foi estabelecido o Programa Municipal de Economia Solidária e apresentada a Lei Municipal, N.º. 1.591, de 19/08/2010, que estabelece a criação do conselho municipal e estruturação do fundo municipal de Economia Solidária e selo certificador.

Os dados analisados por meio da presente pesquisa permitiram apontar que o Fórum Municipal representou um avanço para o movimento da Economia Solidária, propiciando espaço de reflexões e debates, bem como novas oportunidades de comercialização para os empreendimentos. Entretanto, os atores não assumiram seu papel de influir na cultura da produção, do consumo e de valores sociais impregnados na sociedade. Além disso, o Fórum está atrelado fortemente ao Programa Municipal, o qual atua de forma paternalista, no sentido de demandar para os empreendimentos uma agenda e, sem que eles tenham voz ativa ou exerçam o princípio da autogestão e da autonomia participativa.

Percebeu-se também que o fórum está sendo utilizado como um espaço que busca predominantemente soluções de atendimento das necessidades imediatas dos empreendimentos, conforme demonstrado no alto número de incidências deste tema nas atas. E que este espaço deveria ser mais intensamente utilizado para debates políticos e estratégias para a construção de um novo projeto de desenvolvimento sócio econômico baseado na Economia Solidária. Mas como muitos, em depoimentos, afirmam não há como se discutir sobre estratégias políticas sem que se tenha comida para dar aos seus. E não há como dar comida aos seus sem se discutir as mudanças políticas necessárias para a real mudança social. É necessário sair do assistencialismo, a partir do debate, das discussões, da definição de caminhos a serem trilhados no que diz respeito ao desenvolvimento local e também no debate mais amplo de busca de um marco legal para a Economia Solidária.

A formação é outro importante foco que deixa a desejar, pois é necessário compreender o complexo funcionamento do sistema econômico e social vigente para poder-se contrapor a ele. No entanto, o tema formação ficou menos expressivo nas reuniões do referido fórum do que a questão do escoamento da produção (comercialização), deixando tal tema em segundo plano.

O Fórum Municipal de São José dos Pinhais deve ser instrumento dos atores que realmente praticam a Economia Solidária, ou seja, os empreendimentos. Entende-se que é necessário desenvolver formas de articulação entre os diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais e, conseqüentemente, de colaboração entre os diversos segmentos que participam da construção social destes objetivos.

A análise de algumas experiências de São José dos Pinhais, que parte dessas novas estruturas, está sendo formulada por indivíduos, comunidades e algumas organizações que atuam sob novas formas de pensamentos e de princípios, exercendo atividades em redes colaborativas que podem ser uma solução para muitos pequenos empreendimentos. E apesar de observar-se, pelos relatos das atas, que os empreendimentos econômicos solidários estão se fortalecendo enquanto vozes que influenciam e são influenciados, constituindo-se em atores que ajudam a construir sua própria história, ainda o fazem de forma incipiente buscando questionar e reaprender valores, pensamentos e princípios que o movimento da Economia Solidária como um todo acredita.

É necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, em que uma comunidade deixa de ser vista como ator passivo, que espera pacientemente, para se converter no responsável pela construção de sua própria história e transformações, sendo isto é considerado em vários momentos pelo Fórum Municipal estudado.

Este estudo também sugere sistematizar e apontar meios e análises para subsidiar futuras reflexões e temas referentes aos fóruns municipais e, abre possibilidades de aplicação com o foco no campo da Economia Solidária, tendo como base as características dos empreendimentos econômicos solidários.

Referências

- Batista Junior, P. N. (2005). O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bertucci, A. A. (2002). Economia Popular Solidária. *Revista de Conjuntura*, Ano II (11), 17-24.
- Bertucci, A. A., & Silva, R. M. A. (Org.). (2003). Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileiras dos PACs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em:
http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57. Acesso em 05 Abr. 2011.
- Grzybowski, C. (2009). Mudar mentalidades e práticas: um imperativo. *Revista Educação Pública Reflexão e Interação dos Educadores*. Disponível em:
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0125.html>. Acesso em 01 Mai 2011.
- Barreto, M. S. (2000). *Uma jornada de humilhações*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Leite; J.C. (2003). Fórum Social Mundial. A história de uma invenção política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Parra, H. Z. M. (2002). Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção socio-política da economia. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Richardson, R. J (1989). *Pesquisa Social Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas.
- São José dos Pinhais. Lei Municipal No 1.591, 19 de Agosto 2010, Dispõe sobre o Programa Municipal de Economia Solidária e cria o Conselho Municipal de Economia Solidária, São Jose dos Pinhais.
- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (2004). Programa Paranaense de Economia Solidária. Termo Técnico de Referência. Curitiba-Paraná.
- Schwengber, A. (2004). Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: A contribuição da Rede de Gestores. Disponível em:
http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF1A3B9329B0/conf_rede.pdf. Acesso em 05, Abr. 2011.
- Singer, P. (1998). *Uma Utopia Militante. Repensando o Socialismo*. RJ: Editora Vozes Ltda.

Singer; P. (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Zazula Beatriz, M. (2007). Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Yin, R. K. (1987). Case Study Research - Design and Methods. London: Sage Publications.

Recebido/received: 02/09/2011
Aprovado / Approved: 17/06/2012